



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

INFORME BRASIL Nº 05/2023

Período: 25/02/2023 - 03/03/2023

GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ

- 1- Partido Liberal considerou general Braga Netto como possível candidato à prefeitura do Rio de Janeiro
- 2- Inquéritos revelaram envolvimento de militares nos atos de 8 de janeiro
- 3- Colunistas repercutiram os atos antidemocráticos de 8 de janeiro e suas conexões com as Forças Armadas
- 4- Alexandre de Moraes definiu que STF julgará militares envolvidos nos atos de 08 de janeiro e obteve apoio do futuro presidente do STM
- 5- Editorial comentou o processo disciplinar que livrou general de punição
- 6- Procuradoria cobrou pedido de desculpas da União pelo uso político do 7 de setembro por Bolsonaro
- 7- Comandante do Exército afirmou que Bolsonaro interferiu várias vezes nas Forças Armadas e que vitória de Lula não foi desejada no Exército
- 8- Com estratégia de desmilitarização do órgão, governo transferiu a ABIN para a Casa Civil
- 9- Comandante do Exército alertou militares sobre critérios para perfis nas redes sociais
- 10- Ordem do Dia com nota alusiva ao 31 de março de 1964 não será publicada
- 11- Colunista comentou o projeto de mudança do Artigo 142

1- Partido Liberal considerou general Braga Netto como possível candidato à prefeitura do Rio de Janeiro

De acordo com reportagem do periódico *Folha de S. Paulo*, o Partido Liberal (PL) está considerando o general da reserva Walter Braga Netto – que concorreu como vice na chapa presidencial de Jair Bolsonaro (PL) nas eleições de 2022 – como possível candidato para a prefeitura do Rio de Janeiro nas eleições municipais de 2024. Segundo a notícia, o grande diferencial do general é “a marca da segurança pública, sempre importante na cidade”. (*Folha de S. Paulo* - Política - 26/02/23)

2- Inquéritos revelaram envolvimento de militares nos atos de 8 de janeiro

Em entrevista ao jornal *Correio Braziliense*, o ministro da Justiça, Flávio Dino, afirmou que depoimentos de policiais militares e federais apontaram crimes cometidos por integrantes das Forças Armadas durante os atos golpistas de 8 de janeiro de 2023. Segundo o ministro, as oitivas realizadas com agentes de

segurança revelaram a participação de militares da ativa, que seriam julgados, à princípio, pela Justiça militar. Na opinião de Dino, “ninguém de bom senso pode imaginar que o dia 8 de janeiro foi fruto de uma falha. Não! Foi fruto de um plano”, que pode ter contado com a ajuda de membros das Forças Armadas. Em complemento à fala do ministro, o deputado distrital João Hermeto, do partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB), relator das investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que apura os atos antidemocráticos de 12 de dezembro de 2022 e de 8 de janeiro 2023, afirmou em entrevista ao *Correio Braziliense* que, se houver condições jurídicas, a CPI investigará o envolvimento do Exército nos atos de 08 de janeiro. Segundo ele “O Exército se colocou com tanques na frente, como se fossemos uma ameaça. Quem financiou aquele acampamento, que era regado a música, cerveja e picanha?” (*Correio Braziliense* - Política - 26/02/23; *Correio Braziliense* - Cidades DF - 28/02/23)

3- Colunistas repercutiram os atos antidemocráticos de 8 de janeiro e suas conexões com as Forças Armadas

Em coluna opinativa para o periódico *O Estado de S. Paulo*, Flávio Tavares comentou sobre a falta de memória da sociedade brasileira em relação à Ditadura Militar (1964-1985). Para o jornalista os atos do dia 08 de janeiro de 2023 rememoram o golpe de 1964, pois, os “baderneiros” tiveram apoio militar ao acampar em frente ao Quartel-general de Brasília e invadir livremente o Palácio do Planalto. Entretanto, segundo Tavares, entre o golpe de 1964 e os atos de 8 de janeiro existe a diferença da ampla cobertura da mídia, a rejeição e crítica ao que foi realizado pelos terroristas. Ainda segundo Tavares, a situação dos indígenas Yanomamis se transformou em genocídio, e o fanatismo dos bolsonaristas alimentado com ódio, dividiu a população, sendo necessário que continuemos vigilante para que o horror não se repita novamente. Em coluna para o mesmo periódico, o professor de Filosofia e colunista Denis Rosenfield comentou sobre as Forças Armadas e a Constituição. Para ele, só não ocorreu um golpe no país pois os militares não quiseram se envolver em atos inconstitucionais, assim como escolheram seguir a Constituição como se deve. Segundo Rosenfield, os militares não são responsáveis pelos delírios bolsonaristas, pois foram educados para seguir a Constituição. Ademais, o artigo 142, frequentemente citado pelos golpistas, não prevê nenhum poder moderador às Forças Armadas. Outro ponto citado pelo colunista diz respeito aos militares alocados em cargos civis de alto escalão no Poder Executivo pelo ex-presidente da República Jair Bolsonaro. Para o autor, essa questão seria facilmente resolvida com uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) vedando a participação de oficiais nestes cargos. O colunista concluiu afirmando que é necessário pacificar o país, e fortalecer a instituição militar em seu compromisso democrático. (*O Estado de S. Paulo* - Opinião - 27/02/23)

4- Alexandre de Moraes definiu que STF julgará militares envolvidos nos atos de 08 de janeiro e obteve apoio do futuro presidente do STM

Segundo reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 27/02/2023, o ministro Alexandre de Moraes determinou a competência do Supremo Tribunal Federal (STF) para julgar e processar acusados de crimes praticados nos ataques

golpistas do dia 8 de janeiro de 2023, independentemente de os investigados serem civis ou militares. Havia dúvidas se, nesses casos, quem julgaria os militares seria o STF ou a Justiça Militar. Com a decisão, Moraes definiu que o STF é o responsável por analisar os casos, afirmando que, na investigação sobre os atos golpistas, não estão presentes "nenhuma das hipóteses" que definam o caso como de responsabilidade da Justiça Militar. O ministro também autorizou a instauração de procedimento investigatório sigiloso, pela Polícia Federal, de eventuais crimes cometidos por integrantes das Forças Armadas e Polícias Militares relacionados "aos atentados contra a democracia que culminaram com os atos criminosos e terroristas do dia 8 de janeiro de 2023". O pedido foi feito a Moraes pela própria Polícia Federal pois, segundo o órgão, policiais militares ouvidos nas investigações da Operação Lesa Pátria "indicaram possível participação/omissão dos militares do Exército Brasileiro, responsáveis pelo Gabinete de Segurança Institucional e pelo Batalhão da Guarda Presidencial". Segundo a *Folha*, o ex-chefe do setor de operações da Polícia Militar do Distrito Federal, coronel Jorge Naime, apontou em depoimento para a Polícia Federal que a cúpula do Exército do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) foi responsável por impedir a desocupação do acampamento golpista em frente ao quartel-general em Brasília, antes da posse do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT). Os generais citados foram o então comandante do Exército, Marco Antonio Freire Gomes, e o chefe do Comando Militar do Planalto, Gustavo Henrique Dutra. Naime também detalhou em seu depoimento como o Exército barrou a entrada da Polícia Militar no quartel-general logo após os ataques e impediu a prisão de golpistas. Em editorial, a *Folha* elogiou a decisão do ministro Alexandre de Moraes, citando o artigo 124 da Constituição, que diz que o integrante das Forças Armadas deve responder a tribunais castrenses somente quando praticar delito definido pela legislação militar e, nas demais circunstâncias, deverá ser julgado pela Justiça comum. Segundo a *Folha*, Alexandre de Moraes apenas "ligou os pontos" entre esse entendimento e os atos praticados no 8 de janeiro. "Nada há ali que justifique a presença da Justiça Militar, dado que os crimes em apuração dizem respeito ao patrimônio público e a ordem democrática", destacou o jornal. De acordo com reportagens do *Correio Braziliense* e da *Folha*, a decisão de Alexandre de Moraes foi apoiada pelo próximo presidente do Supremo Tribunal Militar (STM), Francisco Joseli Parente Camelo. Em entrevista para a *Folha*, o ministro-brigadeiro frisou que no STM são julgados crimes militares definidos em lei e o previsto na legislação comum, desde que o militar esteja em atividade e o crime seja contra o patrimônio sob administração do militar ou a ordem administrativa militar, afirmando que entende a decisão do STF como correta. Camelo afirmou que a sentença de Moraes não significa uma afronta entre os tribunais e frisou que, independente do tribunal, deve ser feito um julgamento justo: "O importante do julgamento é que seja seguido todo o processo legal, quer seja julgado lá pelo Supremo, quer seja julgado pela Justiça Militar, se dê todas as condições da ampla defesa, do contraditório, e que ao final seja a um julgamento justo: havendo provas, condena; não havendo, absolve." (*Correio Braziliense* - Política - 01/03/23; *Folha de S. Paulo* - Política - 28/02/23; *Folha de S. Paulo* - Política - 01/03/23;)

5- Editorial comentou o processo disciplinar que livrou general de punição

Em editorial, o periódico *O Estado de S. Paulo* avaliou que o Exército livrou de punição o general Eduardo Pazuello, por participar de um comício com o então presidente Jair Bolsonaro, mesmo sendo expressamente proibido que militares participem de atos políticos. O periódico lembrou que o Exército acobertou Pazuello ao impor sigilo de 100 anos sobre o processo disciplinar, embora parte dos membros do Alto Comando tenha defendido a punição exemplar do referido general. Na avaliação do periódico, “A presença de um oficial da ativa naquele comício, uma transgressão militar inquestionável, era um ultraje à história de respeito às leis e à Constituição construída pelas Forças Armadas desde a redemocratização, além de configurar quebra da hierarquia e da disciplina, balizas da vida castrense”. O editorial ainda afirmou que o episódio em questão demonstra o quão fundo uma parte das Forças Armadas desceu para apoiar um “desqualificado como Bolsonaro” (O Estado de S. Paulo - Opinião - 27/02/23)

6- Procuradoria cobrou pedido de desculpas da União pelo uso político do 7 de setembro por Bolsonaro

De acordo com reportagens dos periódicos *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, o Ministério Público Federal (MPF) protocolou no dia 24/02/2023 uma ação civil pública contra a União pelo uso político da festividade oficial do Dia da Independência, 7 de setembro, em favor do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), promovida em 2022 pelo Ministério da Defesa na praia de Copacabana, zona sul do Rio de Janeiro. Segundo os jornais, O bicentenário da Independência foi comemorado nas primeiras semanas da campanha eleitoral do ano passado e Bolsonaro, à época candidato à reeleição, fez convocações para os eventos, numa tentativa de transformar as celebrações em um termômetro do apoio popular ao seu governo. A pedido do então presidente da República, as Forças Armadas alteraram o local do evento do Rio de Janeiro para Copacabana, bairro onde tradicionalmente apoiadores de Bolsonaro se reúnem. Segundo o MPF, a única providência tomada pelos militares para evitar a confusão entre o evento oficial e o de campanha política foi a ausência de microfones no palco das Forças Armadas. Na ação, a Procuradoria pede que, em caso de condenação, a União seja obrigada a realizar uma "cerimônia pública de pedido de desculpas", com declarações do presidente da República e dos comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica na data do ato, além da identificação dos responsáveis pelo desvio do evento e da abertura de procedimentos disciplinares, caso necessário. Os jornais esclareceram que ação não tem como alvo o ex-ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira e nenhum dos comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica da época. Contudo, um procedimento ainda está aberto no MPF para avaliar o uso de dinheiro público no evento. A Procuradoria também relaciona o desvirtuamento da cerimônia do bicentenário da Independência com os atos golpistas de 8 de janeiro deste ano, em Brasília, e pede que a Presidência da República regulamente a participação das Forças Armadas em festividades como o Dia da Independência, a fim de inibir desvios de finalidade. O MPF solicita, ainda, a definição do local para cerimônias do tipo e a realização de curso para militares sobre a neutralidade política das Forças Armadas. (*Correio Braziliense* - Política - 28/02/23; *Folha de S. Paulo* - Política - 28/02/23)

7- Comandante do Exército afirmou que Bolsonaro interferiu várias vezes nas Forças Armadas e que vitória de Lula não foi desejada no Exército

Em reportagem, o periódico *Folha de S. Paulo* informou que, em um áudio gravado de forma escondida e divulgado pelo *podcast* Roteirices, o atual comandante do Exército, general Tomás Miguel Ribeiro Paiva, afirmou em reunião com auxiliares no Comando Militar do Sudeste em 18/01/2023 - três dias antes da demissão do então comandante Júlio César de Arruda pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT) - que o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) interferiu em diversos momentos na Força e que, dentro dos quartéis, a política criou "desgastes" para os militares. A *Folha* confirmou a veracidade da gravação, que tem cerca de 50 minutos e circula em grupos de militares desde a última semana. Tomás ainda criticou a mudança do desfile do 7 de Setembro de 2022 no Rio de Janeiro e afirmou que, no governo Bolsonaro, o chefe do Exército, que costumava ficar quatro anos na função, foi trocado três vezes, no contexto das interferências do ex-presidente da República. No áudio, o comandante também afirma que não considerou adequada a postura do ex-ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, que, ainda enquanto general da ativa, participou de "motociata" ao lado de Bolsonaro e sinalizou não ter concordado com a decisão do ex-comandante Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira de não punir Pazuello. O comandante Tomás Paiva também aproveitou a conversa para falar da participação de Bolsonaro em evento da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2014, quando o então deputado aproveitou o fim da cerimônia do espadim para conversar com aspirantes e anunciar o interesse em disputar a eleição de 2018. À época, Tomás era o comandante da AMAN. A conversa foi gravada e publicada nas redes sociais de Bolsonaro. Por fim, o atual comandante disse a respeito do processo eleitoral de 2022 e da vitória de Lula que "Não dá para falar com certeza que houve qualquer tipo de irregularidade [na eleição]. Infelizmente, foi o resultado que, para a maioria de nós, foi indesejado, mas aconteceu". Paiva leu notícias sobre os planos do PT de promover uma reforma nas Forças Armadas e disse que é preciso conter as propostas petistas e preservar o Exército. Segundo o periódico *Correio Braziliense*, o comandante ligou para o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro Filho, assim que as gravações foram divulgadas e disse que não se inclui entre os insatisfeitos, frisando que as declarações foram dadas na tentativa de pacificar assuntos políticos, quando se constatou um questionamento por parte de militares sobre as eleições. A *Folha* procurou o Exército para comentar as declarações, mas não recebeu resposta. Quatro generais do Alto Comando foram procurados para comentar a gravação, mas somente um sabia da existência do áudio. Segundo os jornais, interlocutores do ministro afirmam que ele considerou a fala do comandante legalista, mas que discursos internos vazados terão frases pinçadas que podem ter repercussões ruins. Na avaliação da *Folha*, as declarações foram dadas horas após Tomás discursar em evento interno do Comando Militar do Sudeste sobre a importância do caráter apartidário e apolítico das Forças Armadas. O discurso, feito em cerimônia de homenagem a militares mortos, foi divulgado nos canais do Exército um dia antes da demissão de Arruda e foi visto por auxiliares de Lula como um sinal de que Tomás cumpriria suas ordens, ao invés de se contrapor, como ocorreu com o comandante anterior. Em conversas reservadas, no entanto, Tomás negou que tenha publicado a gravação do discurso legalista à

tropa para influenciar na demissão de Arruda. Em coluna opinativa para a *Folha*, o jornalista Bruno Boghossian comentou a dificuldade do Exército em lidar com o antipetismo e destacou que o governo petista não tinha ilusões de um alinhamento completo quando escolheu Tomás Paiva. Para o jornalista, a aposta de Lula parece ter sido depositada no resgate de uma doutrina de respeito à lei e à autoridade do presidente, mesmo que o antipetismo permanecesse em setores influentes. (Correio Braziliense - Política - 01/03/23; Folha de S. Paulo - Política - 28/02/23; Folha de S. Paulo - Política - 01/03/23; Folha de S. Paulo - Opinião - 01/03/23)

8- Com estratégia de desmilitarização do órgão, governo transferiu a ABIN para a Casa Civil

Segundo os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), transferiu em 02/03/2023 a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) para a Casa Civil, pasta diretamente ligada à Presidência da República. Segundo os periódicos, a estratégia do governo é desmilitarizar a ABIN, órgão responsável pelas atividades de inteligência e espionagem. Os periódicos *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo* destacaram que o GSI segue como único ministério sob comando militar, chefiado pelo o general da reserva Marco Edson Gonçalves Dias, e, como ressaltou a *Folha*, tem sido alvo de desconfiança do presidente desde o período de transição, quando integrantes da equipe de Lula se incomodavam com a composição ideologizada que a pasta teve sob a gestão anterior, do general da reserva Augusto Heleno Ribeiro Pereira, nomeado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, do Partido Liberal (PL). Ainda no primeiro dia após a posse, Lula editou uma medida transferindo a segurança presidencial do GSI para a Polícia Federal (PF). Depois dos atos golpistas de 08/01/2023, em Brasília, quando o GSI foi alvo de críticas por falhar na segurança das dependências da Presidência, já sob o comando de Gonçalves Dias, 150 militares foram demitidos da pasta, mas outros 122 foram contratados no final de janeiro, indicando uma atuação do governo em substituir militares, mas não desmilitarizar o órgão. Com a transferência do GSI para a Casa Civil, o entendimento é de que a ABIN deve voltar a ser um órgão civil. O *Correio Braziliense* relatou uma nota da União dos Profissionais de Inteligência de Estado da ABIN (Intelis) que celebrou a mudança como uma medida que “reforça o compromisso do Poder Executivo com o Estado de Direito e a democracia brasileira.” (Correio Braziliense – Política – 03/03/23; Folha de S. Paulo – Política – 03/03/23; O Estado de S. Paulo – Política – 03/03/23)

9- Comandante do Exército alertou militares sobre critérios para perfis nas redes sociais

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o comandante do Exército, general Tomás Miguel Ribeiro Paiva, reforçou a todos os oficiais e sargentos da Força, em encontro virtual realizado em 01/03/2023, uma orientação de 2021 de que militares não podem ter perfis em redes sociais com identificação de função militar e patente. A reafirmação teria como objetivo evitar que eventuais manifestações de soldados e oficiais nas redes sejam interpretadas como

opiniões oficiais da instituição. Segundo o periódico, foi a primeira vez que um chefe da Força realizou uma conversa dessa proporção, com 10 mil militares participando de forma online. O comandante ressaltou que as redes sociais devem ser utilizadas pelos militares com cuidado, diante da quantidade de notícias falsas e as posições extremadas, mas que não há proibição para militares manterem perfis particulares. Ele também destacou o grande prestígio do Exército diante a opinião pública, tendo a credibilidade como uma de suas principais características, e a hierarquia e a disciplina como pilares com os quais mantém a cadeia de comando e evita insubordinações. O periódico relembrou como a utilização das redes sociais tem sido considerada tema delicado no Exército desde que o ex-comandante Eduardo Villas Boas utilizou o Twitter, em 2018, para opinar sobre o julgamento do *habeas corpus* do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), à época preso. Nenhum dos atuais generais do Alto Comando do Exército possui perfil pessoal no Twitter. A *Folha* também ressaltou a dificuldade que a Força tem para fiscalizar e punir militares, citando o caso do coronel Ricardo Sant'Anna, que participou da fiscalização das urnas eletrônicas mesmo depois de ter feito publicações contra o sistema eletrônico de votação. (Folha de S. Paulo – Política – 03/03/23)

10- Ordem do Dia com nota alusiva ao 31 de março de 1964 não será publicada
De acordo com a reportagem publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro Filho, afirmou aos comandantes das Forças Armadas que a pasta não divulgará nenhuma ordem do dia em 31 de março sobre a ditadura militar (1964-1985). Em resposta, segundo os periódicos *Folha* e *O Estado de S. Paulo*, o Exército decidiu que não irá publicar a Ordem do Dia com nota alusiva ao 31 de março de 1964 este ano. O entendimento é de que a prática seguia determinação do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) em promover as “comemorações devidas” para a data, publicando a mensagem entre 2019 e 2022. (Folha de S. Paulo - Política - 02/03/23; O Estado de S. Paulo – 03/03/23)

11- Colunista comentou o projeto de mudança do Artigo 142
Em coluna opinativa para a *Folha de S. Paulo* intitulada "O artigo 142 é inocente", o jornalista Elio Gaspari comentou sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para alterar o texto do Artigo 142, impedindo interpretações golpistas. Na opinião de Gaspari, "a intenção pode ser boa, o resultado será nulo e a iniciativa acabará no ridículo". O jornalista avaliou que se criou a fantasia de que o texto permite uma intervenção militar a partir de uma malversação de mobilizações militares pelo instrumento da Garantia da Lei e da Ordem, mas a discussão do texto desloca o eixo da questão para o "mundo da fantasia". Gaspari destacou que nenhum dos envolvidos no 8 de janeiro de 2023 queria garantir os Poderes constitucionais, a lei ou a ordem, e afirmou que é possível atribuir qualquer redação ao artigo 142 e ainda assim o regime democrático poderá ser ameaçado por golpes militares, "mas jamais haverá golpe sem a participação e o estímulo das vivandeiras civis". (Folha de S. Paulo - Política - 01/03/23)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (URFFJ)

Ismara Izele de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Supervisão

Laura Meneghim Donadelli

Leonardo Pontes Vinhó

Equipe redação UNESP/Franca

Abrahão Henrique Alves de Lima (bolsista COPE)

Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco

Beatriz Grasiano Campos

Davi Campos Matos

Isabelle Costa

Giulia Maria Dardegan Barbosa

Marcela Fulan de Cena

Mariana Terezinha Passos

Rodrigo Freitas de Souza

Thalia Cristina Vieira Lima